



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONTRATO Nº 003/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DA GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - **GNRE**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **ESTADO DE GOIÁS** REPRESENTADO PELA **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** E O **BANCO BRADESCO S/A**, NA FORMA ABAIXO:

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Estado, **RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da OAB/GO nº 18.851, CPF nº. 342.782.491-87, residente e domiciliado nesta Capital, com a interveniência da **SECRETARIA DA FAZENDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.409.655/0001-80, com sede à Avenida Vereador José Monteiro de Lima, nº 2.233, Complexo Fazendário Meia Ponte, Setor Nova Vila, nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, ora representada pelo seu titular, **Sr. SIMÃO CIRINEU DIAS**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 441.928 SSP/MA devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 004.476.253-49, domiciliado na SHIN, QL. 14, conjunto 07, casa 16, Lago Norte, Brasília-DF, e, de outro lado, o **BANCO BRADESCO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/nº., Vila Yara, Osasco-SP, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo **Sr. SEBASTIÃO CESAR COELHO PESSOA**, brasileiro, casado, bancário, portador do RG nº. 1066440 SSP/PI e do CPF/MF nº. 402.699.303-53 e pelo **Sr. EMERSON CATANI**, brasileiro, casado, bancário, portador do RG nº. 21.187.862 SSP/SP e do CPF nº. 131.903.608-20, celebram o presente contrato, processo nº. 201100004016468, fundamentado na **Inexigibilidade de Licitação**, de acordo com o *caput* do **Art. 25 e Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores**, e nos casos omissos a Instrução Normativa nº 761/05-GSF, ficando as partes sujeitas às cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

O presente Contrato tem por objeto a prestação dos Serviços de Arrecadação de Tributos Estaduais, por intermédio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - **GNRE**, e respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, pelo **CONTRATADO**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

Conforme os termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, compete à Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, através da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato para fazer cumprir



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

os encargos e as obrigações da **CONTRATANTE** e do **CONTRATADO**, bem como apreciar recursos administrativos e atestar a realização dos serviços efetivamente prestados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:**

São responsabilidades do **CONTRATADO**:

**I** - receber tributos estaduais, por meio da **GNRE**, desde que devidamente preenchida, sem ressalvas, omissões, emendas ou rasuras, não se responsabilizando em qualquer hipótese ou circunstância pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros e correção monetária constantes do referido documento de arrecadação;

**II** - autenticar originalmente as 03 (três) vias da **GNRE** e devolver a 2ª (segunda) e 3ª (terceira) vias ao contribuinte, ou emitir/disponibilizar a emissão dos correspondentes recibos comprobatórios, identificando a destinação das vias, no caso de pagamento por meio eletrônico;

**III** - manter as **GNRE** (em papel ou preservadas por outros meios legais) arquivadas por um período de 180 (cento e oitenta) dias;

**IV** - enviar o arquivos total diário até as 12:00 (doze) horas do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data da arrecadação;

**V** - remeter as informações regularizadas até às 18:00 horas do 2º (segundo) dia útil seguinte ao retorno da remessa rejeitada;

**VI** - prestar as informações concernentes às **GNREs** recebidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da solicitação;

**VII** - certificar a legitimidade da autenticação aposta na **GNRE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, caso haja necessidade, contados da data da ciência da solicitação, pelo período de 5 (cinco) anos, ressalvadas as hipóteses em que haja notificação da **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO** neste prazo, caso em que a legitimação deverá ser efetuada a qualquer tempo;

**VIII** - efetuar o repasse do produto da arrecadação dos Tributos Estaduais, por meio do Sistema de Transferência de Reservas - STR, conforme "Manual de Procedimentos para o Repasse Financeiro do Órgão Arrecadador para o Centralizador da Arrecadação Estadual de Goiás", das agências bancárias e seus prepostos, até às 12 (doze) horas do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da data da arrecadação;

**IX** - liquidar os cheques emitidos por contribuintes em pagamento de tributos por meio da **GNRE**, se aceitos pelo **CONTRATADO**;

**X** - cumprir as normas estabelecidas na legislação específica de Goiás, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular procedimentos concernentes aos serviços de arrecadação objeto deste Contrato, o que dependerá de prévia ciência das partes;

19

2



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**XI** – comunicar por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a inclusão, alteração ou exclusão de agências;

**XII** – apresentar à **CONTRATANTE** documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

**XIII** - disponibilizar à **CONTRATANTE**, quando solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

**XIV** – disponibilizar à **CONTRATANTE** os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação;

**XV** – manter as fitas-detalhe e os documentos de controle de depósitos de arrecadação (em papel ou preservados por outros meios legais), arquivados e disponíveis à **CONTRATANTE**, por, no mínimo 02 (dois) anos, não se eximindo da obrigatoriedade de efetuar os repasses da arrecadação de tributos estaduais que venham a ser identificados como não realizados em tempo hábil, atualizados conforme disposto no inciso IV da Cláusula Sexta;

**XVI** – disponibilizar por transmissão eletrônica, as informações da **GNRE**, em até 15 (quinze) minutos após o seu recebimento (remessas parciais)

**Parágrafo Único.** É vedado ao **CONTRATADO**:

I - utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informação ou documento vinculados à prestação de serviços para a **CONTRATANTE**;

II – estornar, cancelar ou debitar valores autenticados.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

São responsabilidades da **CONTRATANTE**:

I - expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos estaduais;

II – especificar protocolo de comunicação utilizado na transmissão eletrônica de dados;

III – restituir ao **CONTRATADO** o valor repassado indevidamente, até o 12º (décimo - segundo) dia útil, contados da data de recebimento da solicitação, após o qual será acrescido de atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários;

IV - remunerar o **CONTRATADO** pelos serviços efetivamente prestados.

**CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO**



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

O **CONTRATADO** será remunerado, por unidade da **GNRE**, a critério da **CONTRATANTE**, da seguinte forma:

I – R\$ 1,00 (um real) para recebimento da **GNRE**, com prestação de contas em meio magnético ou transmissão eletrônica de dados;

II – R\$ 0,63 (sessenta e três centavos) para recebimento da **GNRE** por meio eletrônico (home/office bank ou Internet), por débito automático e respectiva prestação de contas em meio magnético ou transmissão eletrônica de dados.

§ 1º - A remuneração pela prestação do serviço somente ocorrerá quando se confirmar o efetivo repasse financeiro e a correta prestação de contas das informações previstas no inciso XII da Cláusula Terceira.

§ 2º - A remuneração prevista nesta cláusula será mensal, sujeita à aprovação da **CONTRATANTE** e deverá ser efetuada até o 12º (décimo segundo) dia útil após a data do recebimento da discriminação dos serviços prestados pelo **CONTRATADO**, relativamente às informações de arrecadação encaminhadas no mês anterior.

§ 3º - Quando houver divergência entre quantidades e/ou valores informados pelo **CONTRATADO** em relação ao apurado pela **CONTRATANTE**, prevalecerá a informação desta até que o **CONTRATADO** prove o contrário, caso em que a **CONTRATANTE** procederá ao acerto devido por ocasião do próximo pagamento, acrescido de atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários;

§ 4º - Os valores relativos à remuneração serão creditados pela **CONTRATANTE** em conta corrente específica indicada pelo **CONTRATADO**, podendo, a critério da **CONTRATANTE**, ser deduzidos os valores decorrentes das penalidades, não mais passíveis de recurso e ainda não recolhidos.

§ 5º - A remuneração realizada com descumprimento do prazo previsto no § 2º desta Cláusula será acrescida de atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas as seguintes penalidades à **CONTRATADA**:

a) O **CONTRATADO** que incorrer nas faltas referidas nos arts. 81 a 85 e 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93, aplica-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos Artigos 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93 ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la.

b) O **CONTRATADO** sujeitar-se-á:



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

I – à multa de R\$ 20,00 (vinte reais), por documento, na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos I, II e III da Cláusula Terceira;

II – à multa de R\$ 100,00 (cem reais) ou R\$ 0,10 (dez centavos) por documento, por dia de atraso, o que for maior, na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos IV e V da Cláusula Terceira;

III – à multa de R\$ 100,00 (cem reais), na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos VI e VII da Cláusula Terceira, com acréscimo de 100% (cem por cento) a cada solicitação não atendida;

IV – à atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários e multa de 2% (dois por cento) ou de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, o que for maior, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês sobre o valor atualizado, na hipótese de descumprimento da obrigação estabelecida no inciso VIII da Cláusula Terceira;

V – à multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na hipótese de descumprimento das vedações estabelecidas no inciso I do Parágrafo Único da Cláusula Terceira;

VI – à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por documento de natureza fiscal - tributário adulterado pelo **CONTRATADO**;

VII – à multa de R\$ 5,00 (cinco reais), por documento repetido, informado na remessa de dados;

VIII – à multa de R\$ 10,00 (dez reais), por divergência entre a informação referente à prestação de contas da arrecadação e o documento original;

IX – à multa de R\$ 100,00 (cem reais), por documento (GNRE ou outro), transmitido pelo **CONTRATADO** ao Estado de Goiás, quando o mesmo não for o favorecido;

X – advertência formal, pelo não envio do movimento parcial de arrecadação por 03 (três) vezes no mesmo mês e, a contar da 4ª (quarta) reincidência, aplicação da multa de R\$ 20,00 (vinte reais) por registro não enviado, até o limite de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na hipótese de descumprimento da obrigação estabelecida no inciso XVI da Cláusula Terceira;

XI – à multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na hipótese de descumprimento das vedações estabelecidas no inciso II do Parágrafo Único da Cláusula Terceira;

§ 1º - O recolhimento dos valores das penalidades previstas nesta Cláusula será efetuado pelo **CONTRATADO** por meio de documento de arrecadação estadual ou na forma determinada na legislação de Goiás, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da notificação.

§ 2º - O **CONTRATADO** poderá recorrer da penalidade imposta, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência da notificação.

5



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

§ 3º - Na hipótese de o recurso ser considerado improcedente, o **CONTRATADO** terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência da decisão, para efetuar e comprovar o recolhimento da penalidade.

§ 4º - O recolhimento das penalidades previstas, efetuado fora do prazo, sujeitará o **CONTRATADO** à atualização monetária calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás, para atualização dos seus créditos tributários.

§ 5º - A exigibilidade e/ou pagamento da multa prevista no inciso XI do caput desta Cláusula, não exonera o **CONTRATADO** da obrigação de efetuar o repasse financeiro relativo ao valor estornado ou cancelado, ou devolver valores indevidamente debitados, a que se refere o inciso II do Parágrafo Único da Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

O presente Contrato poderá ser rescindido na forma estabelecida no artigo 79 e se ocorrerem uma ou mais hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, no que couber.

§ 1º - Fica o presente Contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos:

I - liquidação do **CONTRATADO**;

II - incapacidade ou desaparecimento do **CONTRATADO**;

III - inidoneidade do **CONTRATADO** para contratar com a Administração Pública.

§ 2º - Poderá, ainda, o Contrato ser rescindido de comum acordo ou por conveniência das partes, sem indenização de qualquer natureza, mediante notificação prévia contra prova de recebimento, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor estimado anual do presente Contrato é de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), com valor mensal por demanda de aproximadamente R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

§ 1º - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão, neste exercício, à conta da verba nº 2011.2304.04.122.0000.7014.03.3.3.90.39.43.00, do vigente orçamento estadual, conforme Nota de Empenho nº 096, de 09/08/2011, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), emitida pela seção competente da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º - Após o término do exercício financeiro só ocorrerá nova despesa caso exista dotação orçamentária específica e suficiente, além de prévio empenho para o exercício seguinte.

**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

O presente Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da assinatura, prorrogável através de Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com efeitos jurídicos à partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

§ 1º - Em função da assinatura deste contrato, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo, ressalvados, entretanto, os direitos e obrigações deles decorrentes, ainda exigíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Na hipótese de repasse de valor a maior, o **CONTRATADO** formalizará à **CONTRATANTE** o pedido de restituição.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Constitui obrigação do **CONTRATADO**, o pagamento dos salários e demais encargos decorrentes da prestação do serviço, sendo responsável pelas ações e omissões de seus funcionários, administradores ou prepostos, independentemente de culpa ou dolo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente Contrato pode ser modificado ou suplementado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, passando a fazer parte integrante deste Contrato, vedada a alteração do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A cada período de doze meses, a contar da data de assinatura do presente Contrato, os valores a que se referem os incisos I e II da Cláusula Quinta poderão ser objeto de renegociação entre a **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Os impostos e taxas que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade do **CONTRATADO**, conforme definido na Legislação Tributária.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Para resolução dos casos omissos, serão utilizadas as normas regulamentadoras das atividades de prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais devidos ao Estado de Goiás.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Nos casos de omissões neste Contrato de procedimentos referentes à arrecadação de receitas estaduais, as normas reger-se-ão pelo Manual do Sistema de Arrecadação das Receitas Estaduais adotado pela Instrução Normativa n.º 761/05- GSF;



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO COMPETENTE**

É do Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, a competência para dirimir todas as lides decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, em livre manifestação de vontade, as partes firmam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste Contrato.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA, em Goiânia, aos <sup>07</sup> dias do mês de ~~Febrero~~ .....do ano de 2011.

**CONTRATANTE:**

  
**SIMÃO CIRINEU DIAS**

Secretário de Estado da Fazenda

  
**RONALD CHRISTIAN ALVES BICÇA**  
Procurador-Geral do Estado

**CONTRATADO:**

  
**SEBASTIÃO CESAR COELHO PESSOA**  
Banco Bradesco S/A

  
**EMERSON CATANI**  
Banco Bradesco S/A